

**OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE****A maldição offshore**

O offshore da Madeira é um bordel tributário especializado nesta arte de fuga aos impostos



**João Pedro Martins**

A nível global há 32 biliões de dólares estacionados em paraísos fiscais. Este montante, que é equivalente a toda a riqueza a criar em Portugal nos próximos 135 anos, mina o comércio internacional e cria uma bola de neve de batota fiscal com consequências danosas para a economia mundial.

Na indústria offshore proliferam ninhos de corrupção porque se permite que uma elite corrupta que capturou a economia e o poder político pos-

sa fazer leis para benefício próprio, em prejuízo dos restantes concidadãos. Esta economia sombra é um viveiro do crime organizado onde padrinhos da máfia e barões da droga se misturam com políticos corruptos, empresários sem escrúpulos, estrelas do jet-set e multinacionais que deliberadamente ocultam fortunas para pagar menos impostos.

Na prática, a carga tributária está a ser transferida das grandes empresas para os pequenos contribuintes que, com os seus impostos, têm de alimentar o Estado para que exista dinheiro que seja aplicado na prestação de serviços públicos básicos.

Todos os anos, um bilião de euros evapora-se na economia global devido a práticas de corrupção. Só em África desaparecem 160 mil milhões de dólares de impostos não pagos na origem que privam as populações locais

de direitos humanos elementares.

Uma das técnicas usadas pelas multinacionais é o recurso à chamada “manipulação dos preços de transferência”. O offshore da Madeira é um bordel tributário especializado nesta arte de fuga aos impostos. As mercadorias nunca passam pelo porto do Funchal, enquanto artificialmente as facturas entram e saem inflacionadas nos registos contabilísticos das empresas-fantasma que as multinacionais criaram no paraíso fiscal português.

O facto de multinacionais concorrentes terem subsidiárias sediadas na mesma morada no Funchal constitui o cúmulo da batota fiscal. Poucos acreditam que numa sala de 100 metros quadrados possam existir mil empresas a funcionar. Mas oficialmente existem! A maior produtora do mundo de aço, a líder internacional da produção de alumínio ou a petrolífera estatal angolana, são alguns exemplos da georreferenciação da manipulação dos preços de transferência através do offshore da Madeira.

Uma técnica apurada para fugir aos impostos e usufruir de benefícios fiscais que estão vedados aos restantes contribuintes consiste em importar por 10 e vender por 100 através de transacções intragrupo. O diferencial de 90 não paga impostos em Portugal, nem no país de origem nem no de destino. Este truque contabilístico que explora as fragilidades da lei portuguesa, mas que constitui uma violação do nº 2 do artigo 38º da Lei Geral Tributária, passa à margem da inexistente inspecção das Finanças e permite inflacionar artificialmente o PIB da região.

As consequências não podiam ser piores. Por ter um PIB *per capita* superior à média da União Europeia, a Madeira perde 500 milhões provenientes da UE e deixa de receber 400 milhões de euros previstos no Fundo de Coesão para as regiões ultraperiféricas.

**QUASE PORTUGAL**

**MIGUEL ROMÃO**

**Bruxelas e Singapura**

Em Singapura, espaço limitado, quando na cidade algum edifício é demolido ou existe um espaço vazio a aguardar destino, a regra é esse espaço ser transformado num jardim ao dispor dos habitantes. Chamam-lhe *transitory green*. À falta de outro objectivo no imediato, cria-se um jardim.

Na Europa há também uma lógica de pôr relva nas interrogações e não tão bem conseguida como em Singapura. Na União Europeia, perante um cenário onde 28 % dos jovens desempregados com menos de 25 anos de idade estão sem emprego há mais de 12 meses, aquilo que se faz é promover “estágios”. Dir-se-á daqui por uns anos que esta Europa ciclótica, onde o “interesse europeu” era afinal uma narrativa de funcionários, o melhor que conseguiu face a uma crise especulativa mundial foi inicialmente mandar gastar para salvar bancos e empregos e, doze meses depois, mandar poupar, porque afinal não era tão unida assim... E, entretanto, distribuir dinheiro para criar “estágios”. Os jardins transitórios de Singapura ganham vida em Lisboa, Madrid ou Atenas.

De pouco servem alertas como o do Conselho Económico e Social Europeu – sim, também há disso em Bruxelas – em Julho de 2012: “O primeiro emprego deve garantir um conjunto mínimo de padrões de trabalho, que não podem ser diferentes dos proporcionados aos trabalhadores mais velhos. A proibição de todas as formas de discriminação em razão da idade é fundamental neste contexto”, escreviam representantes de sindicatos e de empresas, note-se.

Naturalmente não se negam as vantagens em favorecer o contacto com o mundo do trabalho, de forma enquadrada, precoce e justa, o que poderia e deveria ser feito ainda durante os períodos de formação e não apenas depois. Mas uma Europa posta em estágio, pela sua natureza e pelo seu modo de concretização, potencia essencialmente a exploração da mão-de-obra, a fragilidade dos serviços prestados e o uso abusivo de fundos públicos. Nenhum estágio é uma alternativa permanente ao trabalho e flexibilizar as regras do direito do trabalho ou criar estágios não pode ser sinónimo de uma política de emprego. Em Bruxelas, em Singapura ou em Lisboa.

*Docente universitário, escreve à sexta-feira*



O cúmulo da batota fiscal está no Funchal

GUILLAUME PAZAT

As duas crónicas presentes nesta página deveriam ter sido publicadas na edição de sexta-feira passada, o que não aconteceu devido a um lamentável erro técnico. Aos autores, João Pedro Martins e Miguel Romão, e aos leitores do *i* pedimos as mais sinceras desculpas.